

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

CENTRO ACADÊMICO DO AGRESTE

CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

FERNANDA SOUZA PEREIRA

**IMPACTOS DA ATIVIDADE TURÍSTICA NA REGIÃO DE IPOJUCA: COM
ÊNFASE NA PRAIA DE PORTO DE GALINHAS-PE.**

CARUARU-PE

2018

FERNANDA SOUZA PEREIRA

**IMPACTOS DA ATIVIDADE TURÍSTICA NA REGIÃO DE IPOJUCA: COM
ÊNFASE NA PRAIA DE PORTO DE GALINHAS-PE.**

Trabalho de conclusão de curso apresentado a esta
Universidade, como parte dos requisitos necessários à obtenção
do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. André Luiz de Miranda Martins

CARUARU-PE

2018

P436i Pereira, Fernanda Souza.
 Impactos da atividade turística na região de Ipojuca: com ênfase na praia de Porto de
 galinhas-PE. / Fernanda Souza Maciel. - 2018.
 41 f. : 30 cm.

 Orientador: André Luiz de Miranda Martins
 Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Universidade Federal de
 Pernambuco, CAA, Economia, 2018.
 Inclui Referências.

 1. Atividade econômica. 2. Turismo. 3. Porto de galinhas (Ipojuca, PE). I.
 Martins, André Luiz de Miranda (Orientador). II. Título.

330 CDD (23. ed.)

UFPE (CAA 2018-248)

**IMPACTOS DA ATIVIDADE TURÍSTICA NA REGIÃO DE IPOJUCA: COM
ÊNFASE NA PRAIA DE PORTO DE GALINHAS-PE.**

FERNANDA SOUZA PEREIRA

Aprovada em ____/____/_____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. André Luiz de Miranda Martins

(Orientador)

NG/CAA/UFPE

Prof. Dr. Glaudionor Gomes Barbosa

NG/CAA/UFPE

Prof. Alexandre de Freitas Barbosa

Livre-Docente – IEB-USP

AGRADECIMENTOS

A Deus, responsável pela construção do meu ser, agradeço por cada oportunidade concedida em minha vida e por me conduzir nesse trabalho. Aos meus pais, irmãos e familiares, pela paciência e compreensão da ausência, que sempre acreditaram na minha capacidade e me deram apoio durante toda minha trajetória. Aos meus amigos da UFPE, em especial João Erick, Rafaela Arcanjo e Rafael José, que sempre estiveram ao meu lado, compartilhando momentos bons e ruins e diante de todas as dificuldades enfrentadas nunca me abandonaram ou deixaram de acreditar no meu potencial sempre me incentivando a ir além. Aos professores que em grande parte contribuíram com o meu aprendizado e me inspiraram com toda sua dedicação e amor pela profissão.

Menção honrosa a meu orientar André Martins, por sua orientação e incentivo que me ajudaram até aqui. Agradeço de coração toda dedicação e apoio.

Enfim, agradeço a todos que contribuíram de forma direta ou indireta com palavras de incentivo que me deram forças durante a desafiante jornada.

“Aqueles que seguem em frente apenas quando as coisas estão ao seu favor nunca serão bem-sucedidos em seus esforços. O valor de uma realização cresce em meio as lutas, dificuldades, obstáculos e incompreensões.”

RICHARD HONNER

RESUMO

A atividade turística vem ganhando grande espaço no mercado brasileiro devido a sua capacidade de gerar empregos e rendas de forma direta e indireta, tudo isso graças a grande diversidade de setores que ela abrange. Para proporcionar o desenvolvimento da indústria do turismo em determinada região é necessário planejar e implementar infraestrutura básica para recepção dos visitantes e para melhorar a vida dos moradores locais que sentem diretamente os efeitos do turismo. O presente trabalho procura mostrar como o turismo impacta a vida dos moradores locais de Porto de Galinhas, localizada na região municipal de Ipojuca no Estado de Pernambuco à luz das concepções de espoliação urbana de David Harvey, no qual conclui-se que a expansão do turismo em Porto de Galinhas gera uma acumulação de capital através do uso e da privatização do espaço comum. Resultando em benefícios para uma minoria, enquanto que os nativos sofrem com a segregação espacial e a falta de infraestrutura para atender a demanda de uma localidade que recebe muitos visitantes durante todo o ano. A metodologia utilizada foi de pesquisa bibliográfica com dados secundários extraídos de outros trabalhos e do CONDEPE FIDEM.

Palavras-chave: Atividade Econômica. Turismo. Espoliação. Porto de Galinhas/PE.

ABSTRACT

The tourism activity has been gaining great space in the Brazilian market due to its capacity to generate jobs and incomes directly and indirectly, thanks to the great diversity of sectors that it covers. To provide the development of the tourism industry in a particular region, it is necessary to plan and implement basic infrastructure for reception of visitors and to improve the lives of local residents who feel the effects of tourism directly. This paper aims to show how tourism impacts the life of the local residents of Porto de Galinhas, located in the municipal area of Ipojuca in the State of Pernambuco in the light of the concepts of urban predation by David Harvey, in which it is concluded that the expansion of tourism in Porto de Galinhas generates an accumulation of capital through the use and privatization of the common space. Resulting in benefits for a minority, while natives suffer from spatial segregation and lack of infrastructure to meet the demand of a locale that receives many visitors throughout the year. The methodology used was a bibliographic research with secondary data extracted from other works and CONDEPE FIDEM.

Keywords: Economic Activity. Tourism. Spoliation. Porto de Galinhas / PE.

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	9
2.	TURISMO EM PORTO DE GALINHAS-PE	12
2.1	Contextualização histórica da trajetória econômica de Ipojuca	12
2.2	Porto de Galinhas como destino turístico: localização e conceito de turismo. 13	
2.2.1	Turismo como a principal atividade econômica em Porto de Galinhas	14
2.3	O turismo na produção espacial: a necessidade de investimento em infraestrutura básica	15
3.	AS CONTRIBUIÇÕES DE DAVID HARVEY PARA O DEBATE DA “ACUMULAÇÃO POR ESPOLIAÇÃO”	21
3.1	Transição da propriedade comunal para propriedade privada.....	21
3.2	Acumulação por despossessão	22
3.3	O espaço intencionalmente produzido	24
4.	ENTENDENDO A ESPANSÃO URBANA PREDATÓRIA ASSOCIADA AO TURISMO NÃO-DISTRIBUTIVO A PARTE DO “MATERIALISMO GEOGRÁFICO DE DAVID HARVEY”.	25
4.1	Processo de espoliação na atividade turística	25
4.2	Dinâmica espoliativa: o que nos dizem os indicadores de Ipojuca/Porto de Galinhas	31
4.2.1	Ipojuca/PE	31
4.2.2	Porto de Galinhas	33
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	37
	REFERÊNCIAS	39

1. INTRODUÇÃO

A atividade turística no Brasil vem ganhando grande espaço no mercado, principalmente nas áreas de serviço, como é o caso das agências de viagens e as redes hoteleiras. De acordo com dados do Ministério do Turismo houve um crescimento na procura de destinos turísticos no Brasil passando de 5,2 milhões em 2010 para 6,3 milhões em 2015 (Ministério do Turismo, 2016).

O turismo proporciona geração de emprego em diversos setores, os principais são nas agências de viagens e nos hotéis, mas também pode-se observar a geração de empregos indiretos como em lavanderias, transportadora de veículos, restaurantes, artesanatos regionais que ajuda a promover a cultura local. Para possibilitar o desenvolvimento da indústria do turismo, é necessário planejar e implementar infraestrutura básica, como limpeza, iluminação pública, controle de poluição, abastecimento de água, calçamento, rodovias, entre outros, para a recepção dos visitantes e para melhorar a vida dos moradores locais que de forma direta podem sentir os impactos que a atividade do turismo pode causar.

Essa atividade procura desenvolver-se em regiões menos favorecidas como uma forma de atividade econômica predominante gerando emprego e renda. O que podemos concluir é que essa atividade é recíproca, ou seja, se houver investimento em uma infraestrutura adequada o meio ambiente e a vida da população não é agressivamente afetado de forma negativa, e ao mesmo tempo ela gera o desenvolvimento da região proporcionando qualidade de vida para todos na medida em que a atividade é expandida com infraestrutura.

O Nordeste brasileiro rotulado na história pelas grandes secas, clima semiárido e principalmente pela monocultura fundiária, onde predominava a exploração da terra utilizando-se mão-de-obra escrava, sempre foi visto como desfavorável para o desenvolvimento, porém seu clima e recursos naturais existentes se mostrou, séculos depois da colonização, benéfico para o desenvolver da atividade turística, pois o turismo de sol e praia vem ganhando muito espaço devido as características da região.

O Ministério do Turismo Brasileiro tem um papel fundamental no desenvolvimento de projetos que venham a proporcionar a expansão da atividade em áreas estratégicas. Como o Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR-NE)¹, como exemplo,

¹ O Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste – PRODETUR-NE é um programa implantado pelo Governo Federal em 1992. Tal Programa teve como objetivos fortalecer o turismo no Nordeste, de modo a consolidar a região como importante polo turístico nacional e internacional, bem como aumentar o turismo receptivo e a permanência do turista na região, induzir novos investimentos na infraestrutura, gerar emprego e

voltados para melhorar a infraestrutura e proporcionar o desenvolver da atividade na região nordeste, tem papel importante em mostrar que a região tem potencial para investimento de capitais privados.

No estado de Pernambuco temos a exemplo a região de Ipojuca/PE, onde o turismo é a principal atividade de fomento de renda para a população local, que se encontra na parte litorânea. O litoral de Ipojuca é o destino mais procurado pelos visitantes nacionais e internacionais que se dirigem ao Estado de Pernambuco como ponto turístico. A expansão da atividade turística proporcionou mudanças sociais, econômicas e espaciais ainda mais significativas nessa região. Macêdo (2015) mostra que apesar de todo o investimento do PRODETUR-NE I ter sido nas áreas mais ao sul do Estado, o interesse do capital privado estava, nesta década de 2000, nas praias do Município de Ipojuca, exemplo dos bairros de Muro Alto e Porto de Galinhas em Pernambuco.

O turismo proporcionou a expansão do espaço urbano da praia de Porto de Galinhas, através da expansão na quantidade de estabelecimentos comerciais e do investimento em infraestrutura básica e turística, porém levou também a um aumento populacional e a disparidades econômicas entre os habitantes locais. Ou seja, levou ao desenvolvimento espacial de porto de galinhas, porém não levou a grandes melhorias na qualidade social e econômica da população residente. Como a reorganização desse espaço é destinado a visitantes, a qualidade de vida da população local fica em segundo plano.

O grande desenvolvimento de construções de resorts, condomínios, casas de segunda morada no litoral de Ipojuca vem formando conglomerados que se fecham para a população local, onde os mesmo não podem acessar esse local, não podem se beneficiar dessa atividade como geração de renda por que são impedidos de habitar essas regiões da praia. Isso mostra a grande concentração do capital privado, onde eles vem de fora, investem numa região para extrair ganhos de capital, impedem a população local de se beneficiar dessa atividade turística, reforçando assim a concentração de renda nas mãos dos detentores de capital.

O presente trabalho se estrutura da seguinte forma: no primeiro capítulo tem-se uma contextualização sobre a formação histórico-econômica de Ipojuca e também, posteriormente, mostra a difusão do turismo como principal atividade econômica em Porto de Galinhas; o segundo capítulo relata a visão do autor David Harvey sobre “acumulação por espoliação” e a produção do espaço urbano associando essa prática a atividade turística; e o terceiro e último

capítulo trata de como entender a exploração da atividade turística em Porto de Galinhas á luz da concepção de espoliação urbana de David Harvey utilizando-se de dados secundários para constatar essa dinâmica espoliativa.

Objetivos

- Objetivo Geral:
 - a) Esse trabalho tem por objetivo geral analisar os impactos econômicos e sociais causados pela atividade turística em Porto de Galinhas.

- Objetivos específicos:
 - a) Mostrar a exploração da atividade turística em Porto de Galinhas à luz das concepções de espoliação urbana de David Harvey.
 - b) Constatar a dinâmica espoliativa através dos indicadores de Porto/Ipojuca.

- Hipóteses:
 - a) Observa-se que houve uma reorganização espacial em Porto de Galinhas para atender a demanda turística, causando a migração dos nativos para as áreas periféricas com baixa qualidade de vida, o que gera uma disparidade entre os nativos e os empreendimentos que ali se instalaram.
 - b) A atividade turística em Porto de Galinhas proporcionou um crescimento econômico com alto grau de concentração de renda e não levou desenvolvimento socioeconômico para os moradores local que vivem a margem da pobreza na localidade.

Esse estudo é importante para entender o atual contexto do turismo de Ipojuca/PE com ênfase na praia de Porto de Galinhas e que servira de base para que outros autores possam prosseguir com esse estudo buscando sempre os melhores métodos para melhorar a qualidade de vida e a infraestrutura dos nativos e turistas da região, proporcionando o desenvolvimento e a sustentabilidade dessa atividade como forma de gerar emprego e renda.

2. TURISMO EM PORTO DE GALINHAS-PE

2.1 Contextualização histórica da trajetória econômica de Ipojuca

O Município de Ipojuca está localizado no litoral Sul de Pernambuco a 50 km de distância da capital. É um dos municípios que compõe a região metropolitana do Recife (RMR). De acordo com dados do IBGE (2017), possui uma população estimada de 94.533 habitantes e possui uma área territorial de 527.107 quilômetros quadrados. O principal acesso a Ipojuca se dá pela BR 101 Sul, principal eixo de circulação de produção econômica, transporte interestadual e do turismo do Nordeste.

Analisando o contexto histórico, Ipojuca foi colonizado a partir de 1560, quando os índios Caetés e outras tribos foram expulsos do litoral Sul de Pernambuco. A partir daí, os colonos migraram para as terras férteis e ricas em massapê de Ipojuca, terras que favoreceram a produção de cana-de-açúcar e proporcionou o surgimento de vários engenhos na região. Dessa forma, Ipojuca consolidou-se como uma das mais importantes regiões do Sistema Colonial (Secretaria de Educação de Ipojuca, 2018). O Município possui valioso patrimônio histórico e cultural como igrejas e engenhos, festividades religiosas e profanas que surgiram no período colonial, além do patrimônio natural que se encontra no litoral. Para Barros (2002, pag. 62), analisar a história é fundamental: “Situar historicamente as distintas fases que marcaram o processo de ocupação e valorização do litoral do Brasil antes e posterior a difusão do turismo, constitui um importante passo para o entendimento do fenômeno Porto de Galinhas.”

Devido às riquezas naturais existentes e sua boa localização, que facilitava a entrada e saída de mercadorias e pessoas através de navegações marítimas, essa região se tornou um espaço destinado ao capitalismo comercial, primeiro com a comercialização do pau-brasil e em seguida com a comercialização do açúcar produzida principalmente nos engenhos. Porém, no final dos anos 70, com a crise no setor canavieiro, o município passou por um processo de urbanização, que resultou na expulsão dos trabalhadores canavieiros e assim surgiu uma nova opção para a economia local, a atividade turística: “[...] entre os séculos XVI e XVIII, Porto de Galinhas já integrada ao sistema colonial, se destaca como porto importador de produtos da metrópole e exportador de açúcar da colônia, escoando a produção dos engenhos de Ipojuca e os localizados no vale.” (FRANÇA, 2007, p.83)

2.2 Porto de Galinhas como destino turístico: localização e conceito de turismo.

O presente trabalho busca analisar como objeto de estudo o espaço denominado de Porto de Galinhas, que de acordo com França (2007) fica localizado em uma faixa litorânea entre a foz do Rio Ipojuca e a foz do Rio Maracaípe, com extensão de aproximadamente 15 km, envolvendo a praia e Porto de Galinhas e as praias de: Gamboa, Muro Alto, Cupê, Merepe e Maracaípe, que pertencem ao Polo Turístico de Porto de Galinhas.

Com o desenvolvimento do turismo no Nordeste do Brasil, as viagens passaram a ser organizadas por profissionais especializados, se torna um negócio gerador de empregos, rendas, lucros e divisas para muitos países (França, 2007).

Nesta perspectiva, França (2007, p.32) argumenta que:

No final o século XIX o lazer passa a ser considerada uma necessidade das pessoas, associado a atividades prazerosas para recompor as energias gastas no trabalho, como também um bem de consumo. A criação de equipamentos e atividades específicas para o lazer contribui para incrementar um mercado de consumo. Nesse contexto, as viagens surgem como alternativa de descansar e sair da rotina. (FRANÇA, 2007, P.32)

Beni (2008, P. 37) conceituou turismo como:

Um elaborado e complexo processo de decisão sobre o que visitar, onde, como e a que preço. Nesse processo intervêm inúmeros fatores de realização pessoal e social, de natureza motivacional, econômica, cultural, ecológica e científica que ditam a escolha dos destinos, a permanência, os meios de transporte e o alojamento, bem como o objetivo da viagem em si para a fruição tanto material como subjetiva dos conteúdos de sonhos, desejos, de imaginação projetiva, de enriquecimento existencial histórico-humanístico, profissional, e de expansão de negócios. Esse consumo é feito por meio de roteiros interativos espontâneos ou dirigidos, compreendendo a compra de bens e serviços da oferta original e diferencial das atrações e dos equipamentos a ela agregados em mercados globais com produtos de qualidade competitivos.

Já os professores suíços Hunziker e Krapf (apud BENI, 2008, p.36) definiram turismo como “a soma dos fenômenos e das relações resultantes da viagem e da permanência de não-residentes, na medida em que não leva à residência permanente e não está relacionada a nenhuma atividade remuneratória”.

Jafar Jafari (apud BENI, 2008, p.37) dá uma definição **holística**² de Turismo “é o estudo do homem longe de seu local de residência, da indústria que satisfaz suas necessidades, e dos impactos que ambos, ele e a indústria, geram sobre os ambientes físico, econômico e sociocultural da área receptora.”

Nas palavras de França (2007, P. 25):

² É um adjetivo que procura compreender os fenômenos na sua totalidade e globalidade.

O turismo se constitui em complexa e multifacetada atividade que envolve a relação com diversas áreas do conhecimento como a economia, política, educação, cultura e meio ambiente. Trata-se do setor econômico de maior expressão e expansão nas últimas décadas na escala mundial.

Silva (2012, pag.26) definiu que: “é possível identificar características essenciais do turismo, como noção de espaço, tempo, relações interpessoais, motivação e deslocamento fora do local de residência, promovendo uma relação do turista com o local visitado e seus respectivos atores.”

2.2.1 Turismo como a principal atividade econômica em Porto de Galinhas

De acordo com Silva (2012), o turismo passa a ser a principal atividade econômica de Porto de Galinhas devido, principalmente, a crise canavieira ocorrida em 1970. Essa crise se explica por dois acontecimentos: a baixa no preço do açúcar no mercado internacional associada a crise do petróleo fez com que os grandes latifundiários direcionassem a produção da cana-de-açúcar para a produção do álcool anidro, recebendo incentivos através do Programa do Proálcool, o que provocou uma crescente busca dos grandes latifundiários para aumentar sua área de cultivo, provocando a expulsão dos trabalhadores rurais do campo para a cidade. Com a decadência da atividade, Ipojuca passa para a cultura do coco e da pesca, até que surge o turismo como atividade predominante.

Os moradores locais precisavam inserir-se em uma nova atividade econômica na Vila, na expectativa de ganhos financeiros utilizando o mesmo local de trabalho, o que foi possível através de serviços ligados ao turismo, como passeios de jangadas, de bugies, guias turísticos e gastronomia. Isso proporciona geração de emprego e renda para os moradores locais que ficaram com poucas opções de trabalho para seu próprio sustento na crise do setor canavieiro. Outro fator impulsionado pela atividade turística foi a substituição de residências por estabelecimentos comerciais e pousadas, ao mesmo tempo em que se construíam novos empreendimentos advindos da atividade turística que Porto de Galinhas apresentava.

Segundo Barros (2002) A partir dos anos 80, com a instalação de segundas residências, e dos serviços de hotelaria, Porto de Galinhas se mostra como um lugar receptor da atividade turística. E dessa maneira, passa a assumir elevada importância nas rotas do turismo brasileiro e reconhecimento mundial dos viajantes. A grande diversidade de elementos naturais também constitui um dos fatores fundamentais que proporcionou o desenvolvimento do turismo balneário de Porto de Galinhas em Pernambuco.

Nessa perspectiva, França (2007, p.78) afirma que:

Pode-se afirmar que Porto de Galinhas detém um conjunto de atributos histórico-culturais e paisagísticos que lhe conferem uma excepcional beleza cênica. Esse conjunto de atributos serviu de base de recursos para sua transformação em um dos mais importantes polos de turismo receptivos da região Nordeste. Para tanto o lugar foi dotado de moderna infraestrutura turística o que lhe possibilitou competir com destinos já consolidados.

Inicialmente, surgiram as chamadas casas de segunda morada, utilizadas temporariamente para passar férias, finais de semana com o objetivo de lazer de pessoas de maior poder aquisitivo que buscam momentos de descanso e sossego longe dos grandes centros urbanos. As pessoas se sentem motivadas a deixarem a vida das cidades grandes em busca de mais sossego em ambientes tranquilos.

Hoje, nos grandes conglomerados urbano-industriais, aquela liberdade primeira irrompe mais sentidamente nos períodos de lazer, de ócio, de tempo livre, quando os homens procuram se deslocar para lugares em que possam gozar de espaços abertos, dilatados horizontes, belas paisagens, ambiente saudável e tranquilo, contemplação e meditação, ou dedicar-se a atividades de recreação, entretenimento ou desportivas, em que o mais importante é o contato com a natureza, como lógica reação ao relacionamento frio e à opressão rígida do concreto armado que substitui o verde, do asfalto e congestionamento do tráfego, do adensamento populacional e ruído acima do tolerável, da pressa febril - tudo imposto pelo cotidiano da vida nas grandes cidades. (BENI, 2008, p.57)

Barros (2002) mostra que atrelado ao surgimento das casas de segunda residência, em Porto de Galinhas, desenvolveu-se uma infraestrutura voltada para o turismo, constituída basicamente de bares e restaurantes ainda muito precários e com baixa qualidade dos serviços ofertados. Após a expansão da atividade turística, foi construída em Porto de Galinhas a casa de veraneio do Governo do Estado de Pernambuco, onde as autoridades políticas pernambucanas passavam as férias. Construída durante o mandato do Governador Moura Cavalcanti, e utilizada até o último mandato do Governador Miguel Arraes de Alencar entre os anos de 1994 e 1998.

2.3 O turismo na produção espacial: a necessidade de investimento em infraestrutura básica

Com a ajuda da mídia e agências de viagens foi realizado a divulgação de Porto de Galinhas que ganhou notoriedade no Brasil e no mundo. Barros (2002, p. 82) “[...] o turismo se fundiu neste espaço pela disseminação da informação.”

Com essa expansão da atividade turística em Porto de Galinhas, foram surgindo os novos empreendimentos hoteleiros, novas áreas de serviços, como bares, restaurantes,

gerando uma reorganização espacial, onde a população nativa acabou ocupando as áreas secundárias da região, dando espaço aos grandes empreendimentos que vão surgindo deixando as melhores áreas para o uso dos turistas.

A expansão imobiliária além de modificar o perfil demográfico da Vila favoreceu a devastação da vegetação nativa e aos aterros indiscriminados onde ergueram-se as vilas Socó, Salinas a Pantanal, áreas condicionadas a aglutinar os grupos sociais menos abastados desse espaço turístico no visível processo de segregação residencial. (Barros, 2002, p.115)

Segundo França (2007) voltando a década de 1970, a construção de loteamentos ganha grande impulso em todo o país, principalmente no litoral, devido a cultura do turismo que acabou se disseminando entre a população com ênfase nas casas de segunda morada para veraneio, lazer e férias. O veraneio surge como um segmento do turismo, já que implica no deslocamento de pessoas para um local diferente de sua residência com duração de um período maior que 24 horas e menor que um ano.

No Brasil a segunda residência ou veraneio foi impulsionada nessa década em consequência do crescimento econômico, o chamado “milagre brasileiro” que resulta no aumento do poder aquisitivo da classe média que se beneficia e maior tempo de lazer, do incremento da malha rodoviária, da popularização do automóvel e que assimila a ideia de status e investimentos associados a casa de praia. (FRANÇA, 2007, p. 93)

Com a implantação de loteamentos, bares, restaurantes, configuram-se os primeiros sinais de exploração do local como atrativo turístico. Tanto o Poder público como o setor privado tem interesses em comum de desenvolver a atividade turística na região de Ipojuca.

O Estado pavimentou a PE-38 em 1986 fazendo a ligação entre a PE-60 e N. Sra. Do Ô, para atender a demanda dos engenhos e usinas da região ao mesmo tempo em que facilitou o acesso a Porto de Galinhas, contribuindo para a expansão das casas de veraneio e dos primeiros meios de hospedagem. Configura-se uma convergência de interesses entre o poder público e o setor privado na implementação do turismo nesse espaço litorâneo. (FRANÇA, 2007, p. 100)

Porém, com o desenvolver dessa atividade é possível identificar os problemas que vão surgindo devido à falta de infraestrutura básica para atender tanto os visitantes como os moradores locais. Com relação a isso, França (2007) destaca que com o crescimento do número de loteamentos e da rede de hotelaria, a população começou a sentir as dificuldades com a ausência de rede pública de água e saneamentos. Para lidar com o problema, as alternativas mais utilizadas são os poços artesianos e as fossas sépticas. A população local mais carente é quem mais sente os efeitos negativos dessa falta de planejamento. Com a

intensificação do fluxo de turistas, principalmente nos períodos de altas temporadas o problema se intensifica.

Pauta-se o desenvolvimento do turismo apenas como alternativa de rentabilidade econômica, mas não discute-se os reflexos dos impactos sociais que essa atividade tem embutido no espaço. O turista que visita Porto de Galinhas, tem acesso a Vila sem nenhum contato com o grau de pobreza do seu entorno, e sem o conhecimento das precárias condições em que vive a grande maioria da população fixa nas áreas distantes do centro. Por outro lado, essas observações permitem entender que o turismo de Porto de Galinhas não tem contribuído para a efetiva inserção dessas camadas na sociedade no rol das atividades econômicas desencadeadas para tal fim, nem mesmo para a promoção da melhoria de sua qualidade de vida. (Barros, 2002, p.142)

Oliveira, Viana e Braga (2010, p.7) também mostrou a necessidade de infraestrutura no desenvolvimento das atividades de turismo como um fator necessário e primordial, concluindo que a falta de infraestrutura poderá acarretar em problemas maiores,

Para que o turismo seja inserido como uma possibilidade de fonte de renda em uma localidade, a mesma deverá possuir previamente uma infraestrutura econômica, social e natural para dar início a atividade. Quando isso não acontece, os lugares são apenas explorados, devastados e depois esquecidos, os problemas existentes anteriormente vão continuar e, em alguns casos, com proporções ainda maiores.

Nesse caso, é necessário planejamento para que os impactos negativos dessas atividades turísticas, que incidem principalmente sobre a fauna e flora e os moradores locais sejam minimizados, sobre isso (OLIVEIRA, VIANA e BRAGA, 2010, p.3-4) defendem que:

Sendo o turismo uma atividade que sobrevive do consumo dos espaços, deve ser planejado para que os impactos advindos de suas ações possam ser minimizados da melhor forma possível. O planejamento do turismo deve envolver a população local e, principalmente, o poder público, o qual deve instituir normas e diretrizes para estabelecer políticas públicas adequadas a cada necessidade.

Na conclusão de (FRANÇA, 2007, p.116) pode-se observar que o turismo sem uma infraestrutura adequada traz benefícios e malefícios às regiões que dependem dessa atividade para se desenvolver,

Entretanto, considera-se que embora o turismo represente uma boa fonte de recurso e de divisas, ele pode acarretar problemas sociais e ambientais para as regiões receptoras que não possuem infraestrutura e rede de serviços adequadas e dimensionadas para o desenvolvimento da atividade que, em alguns casos, resulta em custos sociais e ambientais que excedem seus benefícios econômicos.

Assim, a economia local só conseguirá retornos positivos com tal atividade quando houver planejamento e investimento em infraestruturas básicas como educação, saneamento, saúde e qualificação profissional e ambiental para que os moradores locais se conscientize das

responsabilidades ambientais e tornem-se aptos a ocupar as vagas de trabalho oferecidas pelo setor como demanda o ambiente e os consumidores.

Para que a atividade turística exerça um efeito positivo no sentido de gerar emprego e renda para a população local, a mesma deve estar inserida no planejamento e na tomada de decisões deixando claro as suas necessidades e o que pode oferecer para melhorar as condições de vida da população local, pois a partir da participação dos moradores na fase de planejamento é que se consegue modificar a estrutura econômica, social e cultural das localidades receptoras (OLIVEIRA, VIANA e BRAGA, 2010).

A atividade turística em Porto de Galinhas, ao mesmo tempo em que causa efeitos positivos, no sentido de valorização dos espaços através da ocupação do território, traz consigo também os efeitos negativos, de acordo com essa visão:

A ocupação do território e a valorização dos espaços tiveram uma influência decisiva nos novos usos para lazer e turismo. No espaço de Porto de Galinhas, antes ocupado basicamente por pescadores e agricultores, surgiram os distintos territórios, com seus usos e conflitos, onde se destacam, tanto pela função como pelo contraste, o território turístico que domina a orla e a área central da vila e as favelas instaladas em áreas periféricas, que se expandem com a mesma intensidade do turismo. (FRANÇA, 2007, p.107-108)

Não há dúvidas de que o turismo tem se mostrado como uma interessante alternativa econômica principalmente para regiões que tem atrativos naturais, porém é necessário planejamento para satisfazer às necessidades de ambas as partes, tanto dos visitantes cada vez mais exigentes como dos moradores locais em forma de condições para melhorar de vida, e ambos se beneficiarem dessa atividade econômica que em proporções mesmo pequenas degrada o ambiente.

Por se tratar de uma atividade de escala mundial, torna-se imprescindível que os projetos para o setor sejam ancorados nos princípios da sustentabilidade do meio natural, sociocultural e econômico. O planejamento do setor requer a inclusão do desenvolvimento das populações locais, através da promoção e da ampliação da participação ativa das camadas mais vulneráveis, sob pena de se comprometer a sustentabilidade da destinação turística. (FRANÇA, 2007, p. 117)

O Turismo pode ser entendido como um consumo de territórios que provoca modificações no uso do espaço, na economia e na cultura do lugar receptor. Esse consumo pode ser visto através das instalações de infraestrutura de transportes, de alojamentos, de alimentação, e outros serviços que dão apoio ao turista e promovem a diversão (França, 2007). O Turismo no Nordeste brasileiro vem crescendo muito nas últimas décadas, em relação ao número de turistas, ao volume de capital gerado nessa atividade, nos impactos

causados ao meio ambiente e principalmente nas obras de infraestrutura e nas mudanças comportamentais e culturais das comunidades receptoras (Oliveira, Viana e Braga, 2010).

O Nordeste brasileiro sempre foi marcado na história pelo seu atraso econômico que estava ligado às secas constantes, ao clima semiárido e principalmente a monocultura latifundiária, onde predominava no período colonial a exploração das terras brasileiras para produção de cana-de-açúcar e a implantação dos engenhos utilizando-se primeiramente mão-de-obra escrava indígena, e posteriormente a escrava africana, que minimizava os custos de produção dada as péssimas condições em que os escravos eram submetidos, gerando benefícios econômicos para a metrópole Portugal. De acordo com Fialho, Santos e Moreira (2010), a explicação dos grandes latifúndios concentrados nas mãos de poucos está na própria história da ocupação do Nordeste brasileiro, quando os povos europeus que aqui chegaram e se apropriam das terras implantando inicialmente monoculturas de cana-de-açúcar e depois de fumo, algodão e pastagens.

O Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR-NE I) implantado pelo governo federal em 1992 e iniciado suas atividades oficialmente em 1994, foi um programa que concentrava investimentos para proporcionar o desenvolvimento da atividade turística no nordeste brasileiro, através da ampliação da infraestrutura, dando suporte ao crescimento do setor imobiliário-turístico (Macedo, 2015). Em seguida, foi implantado em 2000 e iniciado oficialmente suas atividades em 2002 o PRODETUR-NE II, que tinha como foco principal a melhoria na qualidade de vida da população residente nos polos turísticos que foram beneficiados com o programa. Com o objetivo de desenvolver projetos que garantam a sustentabilidade dos investimentos feitos (França, 2007).

A reestruturação territorial do litoral de Ipojuca, com o advento do turismo, traz como uma de suas principais mudanças uma tipologia de segunda residência. Essa se apresenta em forma de condomínios, com serviços hoteleiros que visam atender uma demanda de investidores estrangeiros interessados no litoral nordestino. Grande parte dos empreendimentos foi, contudo, adquirido pelos investidores locais, tornando-se segunda residência de famílias de padrão de renda alta e média alta. (MACEDO, 2015, p. 2)

Macêdo (2015) todo o investimento de PRODETUR-NE I foi voltado para as áreas mais ao sul do Estado, porém o interesse do capital privado se concentrou, na década de 2000, nas praias do Município de Ipojuca, exemplo de Muro Alto na região de Porto de Galinhas. Isso pode ser explicado pelo fato de em Porto de Galinhas o turismo que já vinha se desenvolvendo e ganhando reconhecimento desde 1980.

Dentre os condicionantes que propiciaram a escolha do litoral de Ipojuca como palco turístico de investimentos do setor privado, destaca-se a disponibilidade de grandes glebas vinculadas a recursos naturais a preços negociáveis. Devido a estes e dentre outros fatores, especialmente na Praia de Muro Alto, foram construídos sequencialmente diversos empreendimentos, muitos deles incorporador estrangeiro – resorts, flats e condomínios fechados de alta renda – todos datados da década de 2000. (MACÊDO, 2015, p. 4)

Um dos problemas que surge quando analisamos os diversos empreendimentos imobiliário-turísticos em Porto de Galinhas é que eles são construídos sem os devidos estudos necessários à preservação do local e uma melhor gestão ambiental. O senso de propriedade do que é público mostra-se forte nessa localidade, por exemplo, isolando-se faixas de terras das praias que são públicas, isso limita o acesso de moradores locais que ficam impossibilitados de usufruir de determinadas faixas das praias porque foram “privatizadas” para o uso apenas das pessoas que estão hospedadas nesses empreendimentos hoteleiros/pousadas. A população local acaba não se beneficiando dessa atividade na forma de geração de emprego e renda, pois os funcionários muitas vezes são trazidos de outras cidades.

Essa “privatização de faixas de terras das praias” se dá através dos empreendimentos que são construídos impedindo que banhistas passem no local, como também dos bares e barracas que impedem muitas vezes a locomoção das pessoas ou cobram pela ocupação daquela parte da praia, e contribuem para os diferentes tipos de poluição, como a visual e a ambiental.

A respeito vale lembrar que, de acordo com a Lei Federal N° 7.661/1988, art.10°, “As praias são bens públicos de uso comum do povo, sendo assegurado, sempre, livre e franco acesso a elas e ao mar, em qualquer direção e sentido, ressalvados os trechos considerados de interesse de segurança nacional ou incluídos em áreas protegidas por legislação específica.” Dessa forma, percebe-se que os direitos comuns estão sendo violados a partir do momento que se privatiza uma determinada faixa de terras correspondente às praias nesses estabelecimentos.

3. AS CONTRIBUIÇÕES DE DAVID HARVEY PARA O DEBATE DA “ACUMULAÇÃO POR ESPOLIAÇÃO”

3.1 Transição da propriedade comunal para propriedade privada

Antes da propriedade privada que surgiu com a transição do feudalismo para o capitalismo a partir do século XIV, vigorava a propriedade comunal. Com a propriedade comunal as pessoas podiam tirar da terra tudo que precisassem para sustentar sua família. Porém a partir do momento que as terras foram cercadas e apropriadas por uma pequena parte da sociedade de maior poder aquisitivo as pessoas ficaram sem ter seu sustento e passaram a depender de vender a sua força de trabalho para poder sobreviver. Dessa maneira, o modo de produção capitalista se inicia com a acumulação primitiva, que Marx (2004, p.828 apud CORDEIRO, 2016, p.55) define como “o processo histórico que dissocia o trabalhador dos meios de produção.”

Essa acumulação primitiva representa, portanto, o processo de surgimento da propriedade privada da terra que possibilitou o florescimento do modo de produção capitalista. O que Marx (2004, p.829) vai sublinhar, entretanto, é que a história dessa propriedade privada “foi inscrita a sangue e fogo nos anais da humanidade”. Isto porque a privatização dessas terras não se deu por meios pacíficos (como a compra ou arrendamento, por exemplo), mas sim através do assalto aos camponeses que nelas viviam e delas tiravam seu sustento. (CORDEIRO, 2016, p.20-21)

Harvey (2013, p.282 apud CORDEIRO, 2016, p.56) mostra que o motivo por qual se deu essa acumulação primitiva foi por que, inicialmente, o poder do estado tentou defender os camponeses contra “o poder nu e cru do dinheiro”, ao invés de “combater as ilegalidades do poder do dinheiro, o Estado vai acabar por se aliar a esse poder e começar a apoiá-lo ativamente”. Dessa maneira, as terras foram cercadas e os moradores expulsos.

Dessa forma, os trabalhadores como não conseguem mais produzir para si próprio passam a constituir um mercado consumidor interno. Ou seja, “o mercado para bens e mercadorias cresceu, em parte porque menos pessoas podiam subsistir por sua própria conta” (HARVEY, 2013, p.284 apud CORDEIRO 2016, p.58).

O proletariado acaba ficando dependente desse sistema de produção. Ao aprisionar o proletariado em um ciclo fechado, o capitalismo emergente criou as condições para a sua reprodução ao mesmo tempo em que se empenhou em destruir grande parte dos negócios subsidiários e artesanais. (HARVEY, 2013, p.284 apud CORDEIRO, 2016, p.59)

Segundo as ideias partilhadas pelos marxistas, o modo de produção capitalista produz uma quantidade de mercadorias que não encontra demanda suficiente no mercado. Pois o objetivo “não é satisfazer as necessidades, mas produzir lucro, alcançando essa finalidade por métodos que regulam o volume da produção pela escala da produção, e não o contrário” (MARX, 2013, p.336 apud CORDEIRO, 2016, p.60) sendo assim sempre vai haver uma diferença entre o consumo e a produção excedente. Que terá como efeito uma quantidade de mercadorias maior que a demanda existente gerando uma crise econômica, uma crise de superprodução.

De acordo com Harvey (2004, p.93 apud CORDEIRO, 2016, p. 61), as crises do capitalismo se mostraram como excedentes de capital e trabalho, logo a solução depende da absorção destes excedentes. E assim ele afirma que as opções frequentemente encontradas são a expansão geográfica e a reorganização espacial.

Harvey (2004, p.93/94 apud CORDEIRO, 2016, p.61) define por “ajuste” ou “ordenação espaço-temporal” quando o capitalismo mostra sua capacidade de absorver os excedentes produzidos através do deslocamento temporal (com investimentos de longo prazo) e/ou deslocamentos espaciais (busca de novos mercados e mão-de-obra). Assim a produção do espaço é “um dos principais meios de absorver o excesso de capital” (HARVEY, 2011, p.137 apud CORDEIRO, 2016, p.61).

3.2 Acumulação por despossessão

Essa acumulação primitiva foi o ponto inicial que proporcionou o surgimento do sistema de produção capitalista. Harvey (2004, p.129 apud CORDEIRO, 2016, p.21) mostra que desde 1970, em várias economias de países capitalistas ocidentais essa forma de apropriação de posses alheias tem se mostrado presente. Harvey (2004 apud CORDEIRO, 2016, p.21) utiliza o termo “acumulação por despossessão” ou “acumulação por espoliação” para mostrar essa estratégia de reprodução do capital. Esse termo “despossessão” definido por Harvey pode ser articulado com o estudo do turismo, que pode ser viabilizado através da despossessão.

[...]a despossessão tem a ver com o ato de desapossar ou desapoderar um pertence alheio; de privar ou despojar alguém de algo. [...] enquanto a expropriação pressupõe a existência da propriedade (recorrendo, por isso mesmo, a dispositivos jurídicos para se efetivar), a despossessão, como o próprio nome indica, atua sobre a posse e, em geral, recorre a meios ilícitos e/ou violentos (daí a razão pela qual o termo espoliação também é utilizado). (CORDEIRO, 2016, p.66)

Nas palavras de Harvey (2013, p.296 apud CORDEIRO, 2016.p.66):

Não deveríamos ver a acumulação primitiva (...) como algo que diz respeito apenas à pré-história do capitalismo. Ela continua e, nos últimos tempos, foi revivida como um elemento cada vez mais importante no modo como o capitalismo opera para consolidar o poder de classe.

Para Cordeiro (2016) o conceito de acumulação por despossessão coloca em evidência que a espoliação não se resume apenas a terra.

[...] pode abarcar tudo – desde o confisco do direito de acesso à terra e à subsistência até a privatização de direitos (aposentadoria, educação e saúde, por exemplo) duramente conquistados no passado por movimentos da classe trabalhadora em lutas de classe ferozes [*grifonosso*]. (HARVEY, 2016, p.296 apud CORDEIRO, 2016, p.67)

A privatização pode ser entendida como uma das formas de espoliação:

Ou seja, a ideia de despossessão não lida apenas com o assalto de bens materiais, mas também com a supressão de direitos (por vezes, os dois ao mesmo tempo). Nenhum exemplo talvez seja tão evidente da nova dinâmica da espoliação quanto a privatização. Descrita na cartilha neoliberal enquanto um processo por meio do qual empresas públicas pouco rentáveis são vendidas a empresas privadas como uma forma de diminuir a gestão do “peso morto” pelo Estado, o fato é que o preço pago por essas empresas, conforme os vários exemplos que abundam em todo o mundo permitem comprovar, estão aquém do que elas valem. A espoliação está no fato de que se trata da venda a preços irrisórios de um patrimônio que, sendo do Estado, é público. (CORDEIRO, 2016, p.69)

A acumulação por espoliação está em diversas áreas e se mostra presente quando se tenta controlar algo com o objetivo de acumular capital. Na acumulação por espoliação a lógica predominante é a do capital.

Para Cordeiro (2016, p.70):

Portanto, qualquer ação que consista em tomar de um indivíduo (ou grupo de indivíduos) seus haveres (sejam eles terras, moradias, ativos financeiros, poupanças, saberes tradicionais, direito ao acesso à água potável, ao saneamento, à saúde, etc.) é passível de ser rotulada como despossessão. Quando essa despossessão é praticada como parte das estratégias de reprodução do capital, diz-se tratar-se de acumulação por despossessão ou espoliação.

E continua sua análise sobre a acumulação por despossessão no espaço:

Se tem algo que a reflexão em torno do papel da acumulação por despossessão na dinâmica do capitalismo torna evidente é o papel central do espaço para a reprodução do capitalismo. A importância do espaço é tão relevante que a necessidade de dominá-lo marcou a transição do feudalismo para o capitalismo,

motivou a expansão imperialista e permitiu ao capitalismo contornar suas crises. (CORDEIRO, 2016, p.70)

De acordo com Cordeiro(2016), tanto a acumulação primitiva como a acumulação por despossessão remetem a uma mesma questão: o controle do espaço onde está inserida a atividade de acumulação.

3.3 O espaço intencionalmente produzido

O espaço é produzido de acordo com os interesses sociais de cada um, o homem produz o que precisa e o espaço está entre as necessidades humanas. De acordo com o atual sistema capitalista de produção, a produção do espaço se enquadra na produção capitalista do espaço.

Segundo Cordeiro (2016) o turismo tem um papel de elevada importância na produção do espaço. É inegável o papel do turismo como elemento transformador do espaço, “Sendo assim, é preciso ter em conta que o espaço não é simplesmente produzido, ele é intencionalmente produzido, isto é, ele é produzido com vistas a atender um determinado fim.” (CORDEIRO, 2016, p.44)

Em qualquer época e em qualquer lugar, a sociedade, em sua própria existência valoriza o espaço”. No mundo hodierno, cujas relações sociais de produção se dão sob o signo do capitalismo, não é diferente. É neste sentido que se pode falar em uma produção capitalista do espaço, ou seja, um espaço que é produzido com a finalidade precípua de proporcionar ao modo de produção capitalista as condições necessárias para sua reprodução *ad infinitum*. (MORAES; COSTA, 1999, p.122 apud CORDEIRO, 2016, p.48)

Cordeiro (2016) quando se fala em produção de espaço, nada é ocasional, e a partir dessa análise a produção do espaço passa a ser um conceito fundamental para ser utilizado em estudos sobre turismo. Nas palavras de Fonseca (2005, p.32 apud CORDEIRO, 2016, p.48): “o turismo é uma atividade que se baseia no consumo do espaço geográfico”.

“Ao se examinar a essência do modo de produção capitalista, verifica-se que o mesmo é um sistema econômico e social orientado para a produção de mercadorias.” (CORDEIRO, 2016, p.52-53). Dessa maneira, o turismo tem o objetivo de transformar o espaço em mercadoria. “Transformado em mercadoria, o espaço entra no circuito da troca, apropriado, privativamente, como áreas de lazer para quem pode pagar para fazer uso dele (CARLOS, 1999, p.25 apud CORDEIRO, 2016, p.52-53).

4. ENTENDENDO A ESPANSÃO URBANA PREDATÓRIA ASSOCIADA AO TURISMO NÃO-DISTRIBUTIVO A PARTIR DO “MATERIALISMO GEOGRÁFICO DE DAVID HARVEY”

4.1 Processo de espoliação na atividade turística

A acumulação por espoliação de David Harvey pode ser entendida de maneira mais simples como um processo pelo qual os capitalistas detentores do capital privado conseguem acumular riquezas através do uso de bens que pertencem a outras pessoas. As primeiras formas de acumulação foram obtidas através da exploração de terras e também do trabalho dos servos no sistema conhecido como Feudalismo (entre os séculos V e XV) com lutas, expulsões, violências, privatizações, supressões de direitos ao bem comum, transformação da força de trabalho em mercadoria, dentre outras formas, que nos trouxe ao atual sistema capitalista de acumulação de riqueza. Desde o passado, até os dias atuais pode-se observar a participação do Estado no uso do seu poder para forçar os processos de privatizações, o que proporciona a acumulação por espoliação.

Nos dias atuais, é notório ver esses fatos ocorrerem em diversas áreas que tenha retorno de capital, por exemplo, podemos citar casos como a depredação do meio ambiente na transformação da natureza em mercadoria, na privatização de bens públicos, na mercantilização da cultura e da história, logo, é possível afirmar que esses meios são utilizados para acumular riquezas, geralmente pelo processo de privatização e exploração, gerando elevados ganhos, ganhos esses que não são repartidos com a população em geral, mas que fica concentrado nas mãos de poucos – como denunciam Karl Marx e Friedrich Engels no Manifesto Comunista, de 1848 –, pois se o meio pelo qual eles conseguem acumular riqueza é através de bens públicos privativos explorando até a mão de obra, então os ganhos obtidos com seu uso deveriam beneficiar a todos.

O objetivo dessa pesquisa foi precisamente mostrar como esse processo de acumulação por espoliação pode ser observado na atividade turística no município de Ipojuca, localizado na região litorânea de Pernambuco, ou seja, através da percepção de David Harvey, encontrar o grau da espoliação urbana nesse município, onde se utilizam os atrativos naturais públicos pertencentes à população local para gerar ganhos que não beneficiam todos da localidade. O turismo é uma forma de atividade econômica que geralmente é desenvolvido em regiões onde não se tem uma atividade econômica dominante mais atrativa que o mesmo, e

explorando os atrativos naturais existentes, pode-se alcançar um nicho gerador de empregos e rendas para a população local.

Por exemplo, o caso do litoral de Ipojuca/PE, onde a atividade predominante no período era a produção da cana-de-açúcar, mas com a crise canavieira de 1970 a região entrou em declínio ao longo dos anos, e sem a perspectiva de retorno da atividade do açúcar, o sistema de geração de capital migrou para o turismo que surge como uma forma de gerar desenvolvimento econômico e social para uma região que possui belezas naturais e mão de obra barata. Oliveira (2011), ressalta que o turismo é mostrado como uma das alternativas para o crescimento econômica nas áreas mais carentes, porém sem um bom planejamento ele pode ter sentido contrário e provocar problemas que degradam as áreas naturais.

Outra forma de evidenciar a espoliação, teorizada por David Harvey, na atividade turística em Porto de Galinhas, litoral de Ipojuca/PE, é através da forma como esses espaços são utilizados. Um espaço que é de uso comum e que muitas vezes observamos a depredação desse meio, ou a privatização do mesmo. Nesse contexto pode-se explicar o processo de uma acumulação por espoliação: Várias pessoas que não fazem parte da comunidade da cidade (capitalistas e visitantes) se beneficiam dos bens naturais existentes nesses polos turísticos, degradam os espaços naturais e depois vão embora do local, e os moradores da região é que arcam com os prejuízos causados pela degradação ambiental. Isso ocorre quando não há um bom planejamento para a realização da atividade turística e políticas públicas que incentivem a fiscalização e a manutenção nos cuidados com o espaço físico.

David Harvey mostra que o sistema de produção capitalista se mostra incapaz de manter a acumulação de capital com o modo de reprodução ampliada no longo prazo, onde o objetivo final é obter uma riqueza maior do que a que foi investida inicialmente, então, sempre se quer dinheiro por mais dinheiro, porém esse sistema não consegue se sustentar dessa maneira acabando por gerar crises, pois não engloba preocupação com o espaço físico e preservação do meio ambiente, onde chegará ao ponto de destruição dos recursos naturais que acabará por extinguir o próprio sistema se não se reinventar. Nesse contexto pode-se entender como as pessoas geram riquezas através da exploração da atividade turística no modelo capitalista.

A acumulação por espoliação é considerada por David Harvey um estágio avançado do capitalismo, no qual é possível observar no objeto de estudo, Porto de Galinhas, a exclusão e a expulsão de moradores locais, que saem das áreas principais e migram para as áreas consideradas mais inferiores, alojando-se em locais sem saneamento básico, vivendo em

palafitas³, favelas e casas de taipa⁴ que ficam mais afastadas e são mais precárias como é o caso das comunidades do Socó, Pantanal e Salinas – bairros em Porto de Galinhas - que não se beneficiam dos grandes investimentos do município.

Estes que partem são, portanto, privados da convivência e das referências que tinham com um espaço que lhes era familiar e o qual ajudaram a produzir. Os vínculos entre o homem e seu espaço se desfazem. (Cordeiro, 2016, p.166-167)

E dessa maneira, com a substituição dos residentes pelos turistas, fica ainda mais difícil que os moradores consigam chamar atenção do poder público para os problemas existentes naquela localidade, pois a preocupação maior em infraestrutura adequada se volta para as áreas onde os turistas ficam hospedados temporariamente e os nativos perdem pela falta de condições de moradia digna e assistência dos governos.

É muito comum, ali onde a atividade turística é predominante, que os moradores abandonem os espaços principais, vendam ou utilizem suas casas como forma de comércio, pois ficam localizadas no centro da atividade turística e migrem para as partes mais afastadas, que não recebem atenção do poder público, onde os investimentos não acontecem. Dessa maneira, os moradores tornam-se segundo plano, e muitas vezes nem isso, com as atenções voltadas apenas para os polos turísticos onde os investimentos, tanto os privados como os públicos só enxergam o lado bom e rentável beneficiando uma pequena parte da elite,- as obrigações com a população local ficam esquecidas e em segundo plano. Também observa-se áreas que são privadas, onde as pessoas são proibidas de usufruir de determinada faixa da praia que é pública, pois pertence a algum empreendimento comercial para acumulação de mais riqueza, dessa forma para agradar àqueles que melhor pagar pelo espaço privado inapropriadamente as pessoas são privadas de uso do bem comum, provocando uma expansão de proibições dos empreendimentos que operam assim, irregularmente.

Os grandes investimentos em infraestrutura para construção de resorts, casas de segunda morada, hotéis, flats entre outros empreendimentos, provocaram a expulsão de pessoas de suas propriedades. Isso é fruto do capitalismo, desde o surgimento dessa forma de produção e acumulação. E o que percebe-se com isso, é que o capitalismo se apropria e controla as terras e os recursos existentes, ou seja, existe a posse dos recursos que para isso opera a privatização do que deveria ser comum a todos.

³ As palafitas são construções sobre pilares, elevadas do solo, onde a população constrói suas moradias sobre a água próximo de rios e praias.

⁴ Casas de taipa são construções que utilizam solo, argila ou terra como matéria prima básica.

Com essa forma mais fácil de acumular riqueza, pela apropriação dos recursos e bens comum, percebe-se uma onda de investimentos que se direcionam para esse tipo de atividade, esse capital excedente, que foi adquirido através da reprodução ampliada gera uma superacumulação provocando crises de conflitos e interesses, onde é escoada através de expansão dos empreendimentos ou levada para o futuro através de investimentos para que possa render mais.

Em uma entrevista, David Harvey (2012) fala que o capital excedente é usado para construir as cidades e atrair mais capital para construção de projetos urbanos. A urbanização tem papel fundamental na acumulação de capital, pois é onde concentra-se a maioria dos empreendimentos capitalistas. Essa urbanização capitalista provoca conflitos de classes e é considerada desastrosa socialmente, politicamente e ambientalmente. Ele mostra que os conflitos de classes podem ser visto na produção e reprodução dos espaços urbanos.

Ocorre, neste ponto a seguinte questão: seria adequado o enquadramento do turismo, tal como explorado naquela localidade, como um processo urbano espoliativo?

A atividade turística explorada em Porto de Galinhas, como já vimos, veio como uma forma de proporcionar desenvolvimento, gerar emprego e renda para a população local e isso é possível porque essa atividade econômica tem possibilidade de se relacionar com diversas áreas. Em regiões onde o turismo se destaca como atividade econômica central, entende-se que quanto mais turistas conseguir atrair melhor para aquele lugar, porém isso não é sempre bom quando se tem ambientes precários, necessitando de infraestrutura adequada para receber os visitantes e também para atender aos que vivem naquela localidade.

Os turistas geram impactos sobre a região em que estão visitando, impactos ambientais, econômicos e de infraestrutura que precisam ser levados em consideração. Para Silva,

Os impactos têm origem num processo de mudança e que não constituem eventos resultantes de uma causa específica. Eles são consequência de um processo de interação entre turistas, comunidade e meios receptores. Às vezes, tipos de turismo parecidos causam diferentes impactos. (2004, p.31)

É comum os moradores locais sofrerem com a grande quantidade de lixo produzida, com a falta de água potável, de energia elétrica, com a poluição e com a falta dos esgotos. Em um lugar onde se tem um grande fluxo turístico, principalmente em determinadas épocas do ano, é comum passar por esses tipos de problemas, pois a estrutura existente não consegue atender a demanda crescente, principalmente em períodos de alta estação. A grande acumulação de pessoas gera uma maior demanda por energia elétrica por TV, ar-

condicionado, eletrodomésticos linha-branca em geral, o que causa problemas no fornecimento que não estava preparado para atender a demanda (sobrecargas de sistema de alimentação, tipicamente). Com o surgimento de novas pousadas, hotéis, restaurantes, bares entre outros empreendimentos aumenta a produção de lixo nos espaços urbanos e marítimo. Outro problema que surge é o aumento do custo de vida para os moradores locais, pois com o aumento da demanda pela atividade turística acontece que se instalam novos empreendimentos nessa região e com o intuito de ganhar mais, levando em conta a mentalidade de vender mais caro porque é turista, a população local sofre com essa elevação nos preços, aumentando o custo de vida porém a renda da população mais carente não acompanha tal aumento dos custos, fazendo com que cresça a pobreza.

Porto de Galinhas se consolida como um importante destino turístico global, porém a ausência de planejamento voltado aos diversos setores que o turismo demanda pode gerar dificuldades em sustentar essa atividade como fonte de desenvolvimento para a região. A urbanização ocorre de maneira heterogênea, de forma mais acentuada nas áreas de maior circulação de turistas e de forma menos acentuada nas áreas periféricas segundo os autores Mesquita e Xavier (2012).

A aparência que se tenta mostrar para atrair o público a esses destinos turísticos como é o caso de Porto de Galinhas, mascara as adversidades que ocorrem nesse “paraíso” fictício. A valorização dos espaços centrais provoca uma reorganização espacial, onde as famílias migram para áreas periféricas que anteriormente eram ocupadas por mangues, vivendo em condições precárias, palafitas, trabalhando em setores informais ou muitas vezes desempregadas com atividades autônomas por muitas vezes proibidas nessas áreas, para não atrapalharem os empreendimentos que os colocam nessa situação. Ao fim e ao cabo, os moradores locais, que deveriam beneficiar-se, são colocados em um impasse onde não se tem moradias adequadas e são impedidos de trabalhar nas praias privadas.

A qualidade de vida dessas pessoas pode ser analisada através dos indicadores sociais como educação, saúde, deficiência na infraestrutura (água encanada, esgotamento sanitário, falta de moradia ou em situações precárias para a vida da população). Esses são problemas enfrentados pelos residentes, problemas que ficam mascarados por trás do belo cenário turístico que é apresentado. Então, percebe-se que a estratégia utilizada para desenvolver essa atividade nesse espaço levou ao sacrifício de determinado grupo social. O turismo muitas vezes é visto como um dos motores do desenvolvimento econômico que faz circular moeda gerando lucros e contribuindo para o Produto Interno Bruto do Estado, porém fica escondido

os impactos sociais que essa atividade trás para região, ou seja, não se mensura os problemas causados pela atividade para a população. O turista quando visita a Vila tem contato apenas com a parte central e não conhece os lugares pobres e os ambientes precários onde vivem grande parte da população.

O turismo surge como uma possibilidade de uso do espaço pelo capitalismo para geração de lucro, transformando o espaço litorâneo, como é o caso de Ipojuca/PE, em mercadoria com alto grau de concentração de riqueza, gerando ainda mais disparidades entre os diferentes grupos sociais. Diante do exposto até agora, fica claro que a atividade turística, da forma que é explorada em Porto de Galinhas, pode ser considerada como um processo urbano espoliativo.

O turismo também pode proporcionar melhoria na vidas das pessoas que residem nas áreas próximas ao centro turístico, onde recebe maior parte dos investimentos e tem maior atenção tanto do setor privado como do setor público, tem uma oferta de emprego nos ramos voltados a atender o público, em mercados, bares, quiosques, hotéis, resorts e etc. enquanto que nas áreas mais afastadas desse centro percebemos um cenário de abandono, falta de infraestrutura e oportunidades, desemprego e péssimas condições de habitação.

Uma atividade turística precisa ser bem planejada e inclusiva, o planejamento deve levar em consideração as potencialidades e as carências existentes na região. O planejamento também deve contemplar a participação ativa da sociedade civil, pois esta, direta ou indiretamente será afetada por tal. A falta de planejamento pode trazer consequências futuras que servirão como entraves para que essa atividade se sustente ao longo do tempo, além de perturbar o equilíbrio das áreas naturais como rios, nascentes e praias. É importante levar em consideração a comunidade local na participação do planejamento e da tomada de decisões, pois esta poderá perceber com mais facilidade quais impactos sofrerão, pois os efeitos dessa atividade recaíra sobre os mesmos a curto e a longo prazo.

4.2 Dinâmica espoliativa: o que nos dizem os indicadores de Ipojuca/Porto de Galinhas

Neste tópico serão apresentados dados sociais e econômicos de Ipojuca e de Porto de Galinhas, obtidos através do IBGE e do CONDEPE/FIDEM a fim de constatar a dinâmica espoliativa de David Harvey existente nesse espaço. Será apresentado dados de 2000 e 2010.

4.2.1 Ipojuca/PE

Entre 2000 e 2010 Ipojuca apresenta uma taxa de crescimento populacional de 3,12% ao ano, que supera a taxa de crescimento populacional do Estado de Pernambuco de 1,06% ao ano, isso é reflexo do crescimento urbano da referida cidade. A Densidade demográfica no ano de 2000 compreendia 89,06 hab/km² com taxa de urbanização de 67,99% já em 2010 observa-se uma densidade demográfica de 151,39 hb/km² com uma taxa de urbanização de 74,06% isso mostra que com o processo de urbanização gerou um crescimento na população urbana, porém esse crescimento não veio acompanhado de investimentos em infraestrutura básica para dar sustentabilidade a esse processo e proporcionar melhorias na qualidade de vida da população.

O PIB (a preços correntes) de Ipojuca em 2000, segundo dados do IBGE foi de R\$1,3 milhões já em 2010 apresentou um PIB (a preços correntes) de R\$9,2 milhões esse crescimento do PIB é explicado em parte pela localização do seu Porto, Suape⁵ e também pela crescente atividade turística, com ênfase na praia de Porto de Galinhas que é destino internacional, com um fluxo grande de turistas agregando valor a riqueza da cidade. O importante é saber se esse PIB está beneficiando a todos com emprego e renda ou se a renda encontra-se concentrada em um pequeno grupo da região.

Analisando os rendimentos, observamos que em 2000 os indicadores de renda revelam que entre as pessoas com 10 anos de idade ou mais 54,25% não possuem rendimento, 21,3% possuem renda mensal de até 1 salário mínimo, 15,38% possuem mais de 1 a 2 salários mínimos. Logo, 90,93% da população está situada entre a faixa de renda de zero a 2 salários mínimo. Analisando dez anos depois, em 2010, 42,4% não possuem rendimento, 33% possuem rendimento de até 1 salário mínimo, 16,29% possuem mais de 1 a 2 salário mínimo.

⁵Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros, vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco, por autorização do Governo Federal, pelo convênio firmado em 9 de abril de 1992. Disponível em: <http://www.suape.pe.gov.br/pt/institucional/o-que-e-suape>.

Logo, 91,69% da população está situada na faixa de renda de zero a dois salários mínimos. Então percebe-se, que há uma discrepância entre o PIB e a renda familiar mostrando relação inversa entre a riqueza produzida e a pobreza da população.

Isso gera impactos no quadro social da cidade, nos setores de educação, saneamento básico, água encanada, entre outros. Observando os indicadores de saneamento da mesma época, a proporção de domicílios particulares permanentes, por tipo de saneamento:

Tabela 1 - Indicadores de Saneamento Básico do município de Ipojuca, 2000 e 2010

Ano	Adequado (%)	Semi-adequado (%)	Inadequado (%)
2000	20,8	54,7	24,5
2010	36,78	51,66	11,56

Elaboração do próprio autor com base nos dados extraídos do CONDEPE/FIDEM

Analisando os índices de saneamento básico entre 2000 e 2010 percebe-se que houve uma melhora significativa no índice de saneamento básico adequado que pode ser explicado pelos altos investimentos de um centro polo do turismo, o que prova essa melhora é uma redução nos índices de saneamento inadequado quando o saneamento adequado melhora. Porém, o índice de saneamento semi-adequado não apresentou melhoras significativas, que pode ser explicado por investimentos não acabamos ou insuficientes para que beneficiassem a todos da localidade refletindo o fato de que esses investimentos se concentram nas áreas centrais de Ipojuca/PE.

O Índice de Gini, que é um instrumento usado para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo, mostra a diferença de renda entre os mais pobres e os mais ricos. Analisando matematicamente, ele apresenta um valor de zero a um, zero indica situação de igualdade, onde todos tem igual renda e um indica situação de total desigualdade, onde apenas uma pessoa ou um grupo pequeno de pessoas detém toda a renda. O índice de Gini de Ipojuca no ano de 2000 foi de 0,53 e em 2010 esse índice diminuiu para 0,50.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é composto por indicadores de três dimensões do desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda. Esse indicador é mais adequado para avaliar o desenvolvimento dos municípios brasileiros. O índice varia de 0 até 1, quanto mais próximo de um indica mais desenvolvimento e quando mais próximo a zero menor desenvolvimento.

Tabela 2 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal do município de Ipojuca, 2000 e 2010

ANO	IDHM	IDHM-L	IDHM-E	IDHM-R
2000	0,457	0,712	0,256	0,523
2010	0,619	0,774	0,499	0,613

Elaboração do próprio autor com base nos dados extraídos do CONDEPE/FIDEM

Analisando a Tabela 2, observa-se que no município de Ipojuca houve melhora nesses indicadores no decorrer do tempo, o que é de se esperar, pois com a urbanização crescente há uma maior necessidade de melhorias em questões sociais, há um aumento demográfico, isso gera uma demanda crescente por políticas públicas que proporcionem melhorias nesses indicadores, porém isso não quer dizer que essas melhorias alcançaram a maioria da população e que essas melhorias se referem as áreas centrais de Ipojuca/PE enquanto que as áreas periféricas ficam abandonadas.

4.2.2. Porto de Galinhas/PE

Todos os dados abaixo foram obtidos a partir do trabalho de Silva (2012) referentes aos censos de 2000 e 2010 adquiridos na base de dados do CONDEPE/FIDEM.

Analisando os dados do Censo de 2000, a praia de Porto de Galinhas foi dividida em dois setores censitários: Vila de Porto de Galinhas e Praia de Porto de Galinhas. Os dados obtidos por Silva (2012) no CONDEPE/FIDEM mostram que em 2000 a Vila de Porto de Galinhas possui 906 habitantes e 226 domicílios particulares permanentes⁶, com densidade demográfica de 1.583,6 hab/km². Já a Praia de Porto de Galinhas possui 117 habitantes e 23 domicílios particulares permanentes e densidade demográfica de 74,7 hab/km².

A taxa de analfabetismo entre os que moram na Vila de Porto de Galinhas era de 15% para os residentes que estão na faixa entre 10 e 14 anos, 15,6%, entre 15 ou mais; e 17,7%, entre 25 ou mais. Analisando os dados censitários referentes aos residentes da praia de Porto de Galinhas a taxa de analfabetismo era de 33,3%, entre os moradores que estão na faixa entre 10 a 14 anos; 15,6%, entre 15 ou mais; 17,7%, entre 17 ou mais.

Sobre o nível educacional do responsável pelo domicílio, na Vila de Porto de Galinhas a média de estudos foi de 5,8 anos. Onde 37,2% dos entrevistados tinham menos que 4 anos de estudo, 64,6% menos que 8 anos de estudo, e 9,3% com doze anos ou mais de estudo. Para

⁶ Domicílio construído para servir exclusivamente de moradia para uma ou mais pessoas.

os dados obtidos na Praia de Porto de Galinhas, verificou-se que a média de estudos do responsável pelo domicílio foi de 5,8 anos. Onde 37,2% representava os entrevistados com menos de 4 anos de estudo, 64,6% menos de 8 anos de estudo, e 9,3% com 12 anos ou mais de estudo. É possível observar que a maior parte, tanto dos responsáveis pelo domicílio da Vila de Porto de Galinhas como da Praia de Porto de Galinhas estão com um nível educacional muito baixo, isso implica em dificuldades no que se refere a encontrar emprego levando-se em conta que a formação é cada vez mais exigida pelo mercado de trabalho.

Na Vila de Porto de Galinhas, a média da renda do responsável pelo domicílio era de R\$ 629,73. Onde 10,2% dos residentes não tinham rendimento, 25,7% recebiam até um salário mínimo; 20,4%, possuíam renda de 1 a 2 salários mínimo e 8%, acima de 10 salários mínimos. Na Praia de Porto de Galinhas, a renda média mensal do responsável pelo domicílio era de R\$ 629,73. Onde 10,2% dos residentes não tinham rendimento, 25,7% recebiam até um salário mínimo; 20,4% tinham de 1 a 2 salários mínimos, e 8% acima de 10 salários mínimos. Isso mostra que 56,7% dos residentes da Vila de Porto de Galinhas e a mesma porcentagem para a Praia de Porto de Galinhas tinham rendimento entre zero e dois salários mínimos, ou seja, maior parte da população recebe a menor parte da renda gerada naquela localidade.

Analisando os dados referentes ao serviço básico, que muito nos diz sobre a qualidade de vida da população local, 80,1% dos domicílios da Vila de Porto de Galinhas possuem água encanada, 93,8% possuem instalações sanitária e 95,65% coleta de lixo. Na Praia de Porto de Galinhas, 78,3% das casas possuem água encanada, 100% instalações sanitárias, 78,3% coleta de lixo.

Na Praia de Porto de Galinhas a população total em 1991 era de 334 habitantes, já em 2000 sua população diminuiu para 117 habitantes, a taxa de crescimento entre 1991-2000 apresentou uma redução de -11,08%, apresentando densidade demográfica de 74,7 hab/km². A Vila de Porto de Galinhas tinha uma população total em 1991 de 334 habitantes, já em 2000 sua população aumentou para 906 habitantes, com uma taxa de crescimento de 11,86% entre 1991 e 2000, apresentando densidade demográfica de 1.583,6 hab/km². Os bairros de Socó e Salinas tinha uma população total de 708 habitantes em 1991, já em 2000 apresentou uma população de 1890 habitantes, com uma taxa de crescimento de 11,64% entre 1991 e 2000, apresentando densidade demográfica de 3.783,9 hab/km².

Esses dados indicam que a população migrou para áreas periféricas, principalmente para os bairros Soco, Salinas e depois a inclusão da comunidade do Pantanal, ocupando áreas com mínimas condições de vida. Devido ao crescimento do turismo e à supervalorização

imobiliária, aumenta a venda de casa com subsequente mudança para opções de moradia em bairros mais afastados, à base de construções, evidentemente precárias, sobre mangues.

Em 2010, Porto de Galinhas foi dividida em três áreas censitárias: Vila de Porto de Galinhas e uma área próxima as áreas periféricas; Parte mais próxima a praia; Área que concentra a maior parte das segundas residências em Porto de Galinhas. Comparando com o censo de 2000 a Vila de Porto de Galinhas foi dividida em duas áreas citadas acima: Vila de Porto de Galinhas e uma área próxima as áreas periferias e área que concentra a maior parte das segundas residências em Porto de Galinhas; já a parte área da Praia de Porto de Galinhas permaneceu a mesma. De acordo com os dados do Censo de 2010, 797 pessoas residem na parte correspondente a Vila de Porto de Galinhas e uma área próxima as áreas periféricas, 224 habitantes na parte mais próxima da praia, e 446 residentes na área que corresponde a maior concentração de segundas residências.

Em relação aos domicílios, 240 estão localizados na Vila de Porto de Galinhas e uma área próxima as áreas periféricas, 75 domicílios na área próxima a praia de Porto de Galinhas e 153 domicílios na área que concentra as segundas residências em Porto de Galinhas. Sobre habitação, dos 248 que estão localizados na Vila de Porto de Galinhas e uma área próxima as áreas periféricas 100% possui água encanada (211 com rede geral de abastecimento e 37 com poço ou nascente), 100% das residências possuem instalação sanitária, 100% possuem coleta de lixo (235 coletados por serviço de limpeza e 13 coletado em caçamba da limpeza) e 100% possui energia elétrica (214 com energia elétrica de companhia distribuidora e com medidor de uso exclusivo, 30 com energia elétrica de companhia distribuidora e com medidor comum a mais de um domicílio e 4 com energia elétrica de companhia distribuidora e sem medidor).

Na parte mais próxima à Praia de Porto de Galinhas, dos 75 domicílios, 100% possuem água encanada (57 com rede geral e 18 com poço ou nascente), 100% possuem instalação sanitária, 100% coleta de lixo (todos coletados por serviço de limpeza), e 100% contém energia elétrica (71 com energia elétrica de companhia distribuidora e com medidor de uso exclusivo e 4 com energia elétrica de companhia distribuidora e com medidor comum a mais de um domicílio).

Na parte que concentra a maior parte das segundas residências estão contidos 153 domicílios, dos quais 100% possuem água encanada (99 com rede geral, 48 com poço ou nascente, e 6 com outras formas de abastecimento), 99,3% possuem instalação sanitária (152 com banheiro de uso exclusivos dos moradores ou sanitário e 1 sem banheiro de uso exclusivo dos moradores e nem sanitário), 86,8% coleta de lixo (128 coletados por serviço de

limpeza e 4 coletados em serviço de caçamba) e 100% contém energia elétrica (117 com energia elétrica de companhia distribuidora e com medidor de uso exclusivo e 36 com energia elétrica de companhia distribuidora e sem medidor).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No que diz respeito, principalmente, nos indicadores de Porto de Galinhas, é perceptível através dos dados apresentados, o caráter espoliativo de David Harvey principalmente quando analisa-se a segregação espacial que ocorre quando os moradores locais migram para áreas periféricas dando lugar a novos empreendimentos e as práticas das atividades turísticas. Muitas vezes, esses lugares são em até certo ponto privatizados, obrigando o afastamento dos nativos do contato com o ambiente que antes era público, e que foi transformado em mercadoria para o acúmulo de riqueza através do uso do espaço comum.

Percebe-se também que a renda gerada pela atividade turística não beneficia a todos, mas sim a uma menor parte, onde a maioria das pessoas se encontra na faixa de renda de zero a dois salários mínimos, o que revela uma disparidade com o montante que o turismo nessa localidade movimenta em dinheiro. E devido a baixa qualificação dos moradores locais, o que pode ser explicado pela falta de investimento em educação e qualificação profissional específica para a comunidade que depende financeiramente dessa atividade, nem todos conseguem emprego nesses grandes empreendimentos que surgem e termina que essa atividade econômica não consegue gerar as melhorias esperadas por parte da população que depende de emprego em outros locais distantes de suas moradias para sobreviver.

O turismo levou a uma série de transformações urbanas, sociais e econômicas em Porto de Galinhas/PE, e de acordo com a visão de David Harvey sobre a espoliação nos espaços urbanos, percebe-se o papel importante que a urbanização tem na acumulação de capital nessa localidade, onde concentra e atrai empreendimentos capitalistas provocando conflitos de classes que Marx e Engels estudaram na sociedade moderna capitalista, quando se refere a questão a segregação espacial.

O turismo chega com uma proposta de atividade econômica, que preza pelo desenvolvimento de localidades como Porto de Galinhas, gerando emprego e renda para a população local, porém, como foi exposto nos tópicos acima, muitos moradores locais não atendem aos requisitos necessários para trabalhar nos empregos gerados fazendo com que o objetivo principal da atividade, que é a inclusão dos moradores, não venha a ser atendido.

No que se refere as modificações urbanas infraestruturais o aumento da demanda por parte dos turistas, principalmente em períodos de alta estação, gera dificuldades que são enfrentadas pelos moradores como a sobrecarga de energia, água, acúmulo de lixo e também com a elevação dos preços dos alimentos. Isso é um problema que afeta principalmente a

população local. Essas problemas se tornam um impedimento com relação a preservação e sustentabilidade da localidade com essa forma de atividade econômica. Historicamente e culturalmente esse destino turístico procura mascarar os problemas sociais e infraestruturas existentes, mostrando apenas os belos cenários turísticos que atraem cada vez mais pessoas sobrecarregando o espaço e sacrificando o bem-estar de determinado grupo social.

Com relação aos investimentos advindos do PRODETUR NE I e II, percebe-se que foram investimentos voltados para infraestrutura com o objetivo de gerar não só crescimento econômico, mas também desenvolvimento para a região, os investimentos se concentram em infraestruturas relacionada a saneamento e acesso, porém os investimentos feitos foram insuficientes diante da grande demanda e da falta de associação do PRODETUR/NE e outras políticas públicas urbanas fazendo com que esses programas não conseguissem obter o êxito esperado, de cobrir as deficiências infraestruturais existentes na região.

REFERÊNCIAS

BARROS JÚNIOR, Norberto Francisco de. **A Dinâmica espacial e a reorganização territorial do litoral de Ipojuca: Porto De Galinhas – A Emergência de um espaço turístico.** 2002. 189f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Mestrado em Geografia. Universidade Federal de Pernambuco, Recife-PE, 2002. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/6624>> Acesso em: 03 de Agosto de 2018.

BENI, Mário Carlos. **Análise estrutural do turismo.** 13. ed. São Paulo: Senac São Paulo, 2008.

BRASIL. Lei nº 7.661, de Maio de 1998. Institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1988/lei-7661-16-maio-1988-368168-publicacaooriginal-1-pl.html>> Acesso em: 08 de outubro de 2018.

CORDEIRO, Itamar José Dias e. **O turismo no processo de (re)produção de espaços insulares pela acumulação por despossessão – Fernando de Noronha (Pernambuco).** 2016. 199f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal de Pernambuco, Recife-PE, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/23438/1/000_0_TESE_%5BFINAL%5D%20%5BITAMAR%20CORDEIRO%5D.pdf> Acesso em: 03 de Agosto de 2018.

FIALHO, Aline Farias; SANTOS, Joelisa Pereira do; MOREIRA, Mariana Lemos. **Um breve Histórico da Formação do Latifúndio no Brasil e seus Rebatimentos no Espaço Agrário Nordeste.** 15f. Artigo. 2010. Disponível em: <<http://www.uesb.br/eventos/ixsegeo/arquivos/Um%20breve%20hist%C3%B3rico%20da%20forma%C3%A7%C3%A3o%20do%20latif%C3%BAndio%20no%20brasil%20e%20seus%20rebatimentos%20no%20espa%C3%A7o%20agr%C3%A1rio%20nordestino.pdf>> Acesso em: 27 de outubro de 2018.

FRANÇA, Ana Lúcia Gonçalves de. **O turismo em Porto de Galinhas-PE: Políticas de desenvolvimento e o desafio da sustentabilidade.** 2007. 194f. Dissertação (Mestrado) –

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2007.

HARVEY, David. **Entrevista:** David Harvey. 2012. Entrevista concedida a André Pasti, Luciano Duarte, Melissa Eteda e Wagner Nabarro. Disponível em: <<http://agbcampinas.com.br/bcg/index.php/boletim-campineiro/article/view/52/2012-1-harvey>> Acesso em: 08 de Outubro de 2018.

IBGE. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/v4/brasil/pe/ipojuca/panorama>> Acesso em: 31 de Maio de 2017.

MACÊDO, Amanda Florêncio de. **A reestruturação do litoral de Ipojuca-PE a partir do imobiliário-turístico:** O uso do espaço público das faixas de praias. In: Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 10, 2015, Recife-PE. **Anais...** Belo Horizonte, 2015. p. 1-20.

MARX, Karl Heinrich; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista.** Versão para eBook, Ed. Ridendo Castigat Moraes. 2005.

MESQUITA, Danielle; XAVIER, Gilca. O Turismo e a sua Atuação na Expansão do Espaço Urbano: O caso de Porto de Galinhas – Ipojuca-PE. Revista Turismo Visão e Ação-Eletrônica, Vol.15, N° 2, pag. 207-225, mai-ago. 2013. Disponível em: <www.univali.br/revistaturismo> Acesso em: 31 de Maio de 2017.

MINISTERIO DO TURISMO BRASILEIRO, DADOS E FATOS. Disponível em: <<http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/estat%C3%ADsticas-e-indicadores/estat%C3%ADsticas-b%C3%AAsicas-de-turismo.html>> Acesso em: 31 de Maio de 2017.

OLIVEIRA, Juliane Nascimento. O Planejamento da Infra-estrutura Urbana para o Desenvolvimento do Turismo, baseado nos conceitos descritos no estatuto da cidade e na boa

forma da cidade. Fórum Internacional de Turismo do Iguassu, 5, 2011, Foz do Iguaçu, PR. Festival de Turismo das Cataratas do Iguaçu.

OLIVEIRA, Luiz Roberto de; VIANA, Lina Juliana Tavares; BRAGA, André Luiz da Cunha. Conflitos e fragilidades de uma atividade turística não planejada: Um olhar direcionado às praias de Porto de Galinhas e Itamaracá/PE. Revista Eletrônica Patrimônio: Lazer & Turismo, Santos - SP, v.7, n.10, p.01-19, abr.-mai.-jun./2010.

SILVA, Danielle Mesquita da Costa. **Expansão do espaço urbano e o desenvolvimento local:** Uma análise da atuação do turismo em Porto de Galinhas – Ipojuca – PE. 2012. 98f. Dissertação (Mestrado) – Pós-Graduação em Administração e Desenvolvimento Rural. Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife-PE, 2012. Disponível em: <<http://www.tede2.ufrpe.br:8080/tede/bitstream/tede2/4490/2/Danielle%20Mesquita%20da%20Costa%20Silva.pdf>> Acesso em: 03 de Agosto de 2018.

SILVA, Kely Cristina Mendes da. **A importância do turismo para o desenvolvimento econômico do estado do Espírito Santo.** 2004. 65f. Monografia. Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2004. Disponível em: <<https://observatoriodoturismo.es.gov.br/Media/observatorio/Publicacoes/Outras/Monografias/KELYCRISTINAMENDESDASILVA.pdf>> Acesso em: 08 de Agosto de 2018.

SISTEMA EDUCACIONAL DE IPOJUCA. Disponível em: <<http://sei.augeeducacional.com.br/pagina/historia>> Acesso em: 08 de Outubro de 2018.

CONDEPE FIDEM. Disponível em: <http://www.condepefidem.pe.gov.br/web/condepefidem/base-de-dados> Acesso em: 08 de outubro de 2018.

SUAPE. Disponível em: <<http://www.suape.pe.gov.br/pt/institucional/o-que-e-suape>> Acesso em: 08 de outubro de 2018.